

LGBTI+ no Jornalismo Político: Representações do Eros Queer na Cobertura das Eleições 2018 do Jornal O Povo

(salvar este arquivo em .doc)

Francisco Rafael Mesquita Jeronimo¹.

Universidade Federal do Ceará (UFC).

Resumo: Este trabalho analisa as construções discursivas sobre a população LGBTI+ nas páginas do caderno de política do jornal cearense O Povo, periódico mais antigo do Ceará. Através da Análise de Conteúdo, são estudadas 22 notícias publicadas no mês de outubro de 2018, período em que transcorreram as votações do primeiro e do segundo turno das eleições daquele ano. O objetivo foi compreender quem são os porta-vozes, a localização das falas e o contexto de produção dos enunciados e manifestações sobre o amor *queer* no jornalismo impresso, no contexto de uma disputa eleitoral marcada pelo embate em torno da "ideologia de gênero" e do "kit gay". Os resultados permitem observar que o debate sobre as sexualidades não normativas está concentrado nas declarações de sujeitos heterossexuais, que majoritariamente negam a diversidade sexual.

Palavras-chave: LGBTI+; heteronormatividade; identidades sexuais e de gênero; jornalismo; queer.

1. Introdução

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFC. É integrante do PraxisJor, grupo de pesquisa vinculado ao PPGCOM. E-mail: rafaelmesquita.rm@gmail.com

O presente artigo propõe uma análise crítica das representações heteronormativas² no jornalismo. A partir de um olhar *queer*³ sobre as mudanças sociais, problematiza-se como o caderno de política do jornal cearense O Povo encarou, visibilizou e retratou, no mês de outubro de 2018 – quando transcorreram o primeiro e segundo turno das eleições estaduais e nacional do Brasil –, quem vive o Eros⁴ para lá da heteronorma. Tal estudo é parte de pesquisa que analisa as representações da população LGBTI+ de junho de 2018 a junho de 2019 no periódico.

Explorar o mundo da sexualidade na cobertura política de 2018 é desafiador, haja vista que as previsões mais catastróficas sobre o rearranjo político do Brasil, que tem como ponto alto a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, se tornaram realidade. Um tempo em que a incitação ao ódio virou estratégia vitoriosa de campanha, levando ao questionamento se o país não estaria vivendo o paradoxo elaborado por Santos (2009) de Estados democráticos que se veem perpassados por lógicas acentuadas de fascismo social.

Exemplo desta projeção de “um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (SANTOS, In. SANTOS e MENESES, 2009, p. 37) é que o atual período é marcado pelo agravamento da violência contra a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTI+)⁵. Conforme dados coligidos pela Organização Não Governamental Grupo Gay da Bahia (GGB), o

² Norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual, que supõe o padrão heterossexual de conduta como o único válido na sociedade e na cultura (REIS, 2018).

³ Originalmente, a palavra de língua inglesa, que pode ser traduzida por anormal e abjeto, era usada para se referir de forma pejorativa às pessoas LGBTI+. Porém, assim como o verbete "gay", o termo foi reapropriado e passou a referir-se a orientações sexuais e identidade e expressões de gênero não-normativas. (REIS, 2018).

⁴ Palavra de origem grega usada para descrever a gama de significados do amor. Neste texto, empregado como o amor que liberta, o amor *queer*, aquele que caminha além da normatividade (SANTOS; AMARAL, 2012).

⁵ Neste trabalho, o símbolo + acrescentado à sigla LGBTI para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero (REIS, 2018).

chamado LGBTIcídio⁶ acometeu 130 pessoas em 2000, já em 2010 o número de vítimas saltou para 260 e em 2017 bateu recorde, com 445 mortes (MOTT, 2018)

Refletindo a partir deste estado de coisas, Quinet (2018), referenciado nas construções do psicanalista Jacques Lacan, fala que o ato de destituir a humanidade do “outro”, que tem se acentuado, faz parte de uma estratégia política que age através do acoplamento da “ignorância” e do “ódio”, produzindo o “ignoródio”. Sendo assim, através de uma tática discursiva e simbólica, que passaria pelas redes sociais e pela imprensa tradicional, o chamado “bolsonarismo”⁷ construiria o ódio ao gozo do outro, de quem se relacionada afetivamente diferente do paradigma heteronormativo, como alicerce ao poder. “Nesta narrativa fascista atual (...), esse projeto de eugenia visa limpar todo o gozo considerado anômalo, fazer as minorias se curvarem à maioria, eliminar os opositores, criminalizar os ativistas e os movimentos sociais (...)” (QUINET, 2018, p. 2).

É preciso, assim, pautar o jornalismo neste contexto. Logo, pretende-se neste estudo conhecer as relações e a formação de valores presentes nas tramas simbólicas construídas no seio deste meio de comunicação massivo que é o jornal impresso, a partir de uma análise da produção jornalística do veículo mais antigo do Ceará, que tem 91 anos.

Impresso matutino de referência, O Povo foi fundado pelo político Demócrito Rocha (14/04/1888 — 29/11/1943) e hoje é administrado pela terceira geração da família. O periódico integra redes regional e nacional de projetos em jornalismo. Conforme o IVC, em 2017, a sua tiragem foi de 13.844 impressos diários.

Para o desígnio deste trabalho, foi recortado o mês de outubro de 2018, com o objetivo de entender as relações do jornalismo com a formação de valores e sentidos. Investiga-se quem são os porta-vozes, a localização das falas e o contexto de produção

⁶ LGBTIcídio é o assassinato onde a orientação sexual e/ou identidade de gênero não heterocisnormativa foi vetor determinante na motivação e/ou modus operandi dos crimes (CANDIDO, 2018).

⁷ Manuel Loff, estudioso português de governos autoritários, descreve o bolsonarismo como um fenômeno populista ligado ao mandatário de ultradireita Jair Bolsonaro, que seria “uma somatória de nostalgia da ditadura militar, com demagogia anticorrupção e um discurso político centrado na questão moral” (VIEL, 2019).

dos enunciados e manifestações sobre as LGBTI+ dentro desta cobertura especial de política.

Em uma disputa eleitoral que foi marcada pelo embate de ideias sobre a existência ou não da "ideologia de gênero" e do "kit gay", por exemplo, é imperativo saber se o jornalismo atuou na discussão elucidativa dos conflitos vivenciados pela população LGBTI+, se foi negligente ou reforçou estereótipos, invisibilidades e discursos de ataque às identidades queer .

E é neste cenário de tamanha desigualdade, preconceito e violência imposta a esta comunidade, onde quem odeia vê as coisas a partir de sua fantasia, que se busca revelar o que está por trás do “dito e não dito no jornalismo” (HERSCOVITZ, In. LAGO; BENETTI, 2010, p. 124) sobre as orientações sexuais e identidades e expressões de gênero “não normativas” (BUTLER, 2018).

Isto porque, dos muitos caminhos para pensar o papel do jornalismo na sociedade, preocupa especialmente os elementos que escapam da rede técnica do setor. Fala-se, mais precisamente, sobre a observação desta produção a fim de inferir se o ser humano é visto em toda a sua potência, em toda a sua complicação, com menos reduções (MORAIS, 2015).

O presente artigo está assentado nos estudos sobre representação de grupos minoritários, na observação científica dos conteúdos informativos e nas relações de poder. Para tanto, serão usados os recursos disponíveis nas técnicas quantitativas e qualitativas da análise de conteúdo, das teorias do jornalismo e das formulações dos estudos *queer*.

Entendendo que o jornalismo reivindica, enquanto setor, uma posição na organização social (CHAUI, 2006), averigua-se se há responsabilidade com esse posto, sobretudo quando se trata de minorias oprimidas. “É preciso observar suas contradições e seus vácuos e aí, nesses espaços, produzir um discurso crítico” que serve também para transformar o ofício, “apesar das estruturas que persistem em nos constranger” (MORAIS, 2015, p. 169).

2. Desafiar a Heteronormatividade no Jornalismo

Analisar as temáticas identidade de gênero e orientação sexual por meio da representação midiática da comunidade LGBTI+ implica a revisão de alguns conceitos gerais para a compreensão das narrativas produzidas no campo comunicacional e também para enxergar as possibilidades de diálogo entre os temas diversidade sexual, gênero e jornalismo.

As desigualdades relacionadas ao gênero e à sexualidade são compreendidas pela filósofa Judith Butler (2017) como inerentes às relações de poder que levaram à edificação do pensamento dominante heterossexual.

Ao observar o percurso histórico dos elementos sexo, gênero e identidade, a estudiosa classifica como “heterossexualidade compulsória” a noção construída a partir do século XVIII de que as diferenças anatômicas eram determinantes para o acesso à vida política, econômica cultural e para a definição de papéis sociais.

Principal referência dos estudos *queer*, Butler questiona os padrões da heterossexualidade compulsória e da violenta heteronormatividade. A partir destes conceitos, a teórica convida a colocar em perspectiva o “sexo”, retirando-o do “domínio pré-discursivo” (BUTLER, 2008, p. 28) e colocando-o no campo do “possível” e do “variável”.

Fundamental a esta análise, a teoria *queer* evidencia como funcionaram historicamente dispositivos discursivos que calaram, produziram vergonha e medo entre os gays, as lésbicas, as bissexuais, as travestis, as transexuais e as intersexuais, mas, ao mesmo tempo, propõe justamente que se interrompa a reprodução destes códigos através da incorporação política do “outro-abjeto”, como explica Bento (2014).

Nesta perspectiva, ao estudar a representação LGBTI+ nos jornais de Salvador (BA), Santana (2018) explica que há na produção do jornalismo uma rede de valores e saberes dominantes que reverbera o padrão normativo ocidental hegemônico da heteronormatividade descrito por Butler.

Segundo o autor, “os jornais são um meio de solidificar estereótipos e fortalecer o preconceito” (SANTANA, 2018, p. 37), mas que, por outro lado, levando em consideração a crítica oriunda do pensamento *queer*, “podem também ser um espaço de debates e de fissuras dos padrões heteronormativos e da homofobia” (SANTANA, 2018, p. 37).

Gonçalves (2015) destaca, por sua vez, que é necessário reconhecer a sexualidade como um dispositivo de poder e entender o controle dos valores produzidos sobre esta como definidor de posições de hegemonia e subalternidade. Assim, o pesquisador avalia que um novo olhar sobre identidades de gênero e orientações sexuais no jornalismo deve levar em consideração questões como a hierarquia entre as identidades e práticas sociais apresentadas, a incidência do binarismo, a problematização da apresentação dos sujeitos, a discussão da politização dos “corpos renegados” e uma constante avaliação da prevalência ou não da norma heterossexual compulsória.

3. Procedimentos metodológicos

A opção pela análise da cobertura de um jornal sobre a comunidade LGBTI+ leva em consideração que o jornalismo trabalha, em certa medida, na perspectiva de “construção social da realidade” (CORREIA, 2009). Além disso, o campo jornalístico se assenta associado a valores como responsabilidade social, interesse público, democracia e cidadania, ao mesmo tempo em que tal setor seria revelador das formas contemporâneas de representação política destes sujeitos.

Neste percurso, define-se como objeto de estudo o gênero jornalístico informativo. Analisaremos as notícias, notas, reportagens e entrevistas. A escolha pela categoria informativa se dá pelo fato de residir neste segmento a forma mais característica e hegemônica de apresentação do jornalismo (REZENDE, 2000).

A presente análise é composta de 22 textos, recolhidos em outubro de 2018, no citado jornal. A seleção aconteceu levando em consideração as matérias que contassem

com pelo menos uma das 24 palavras ou expressões-chave que dão conta do universo de discussão criado em torno das orientações sexuais e identidades e expressões de gênero. Vocábulos e locuções como "homoafetividade", "ideologia de gênero", "homossexual", "LGBTI+" (e suas variações) e "kit gay" foram considerados. Tal relação foi construída levando em consideração os termos e formulações defendidos pelo movimento social LGBTI+, assim como o contrário, ou seja, as adjetivações entendidas como ofensivas ao grupo⁸.

Já como estratégia para a detecção dos enquadramentos e agendamentos dados ao material, é utilizada a técnica da análise de conteúdo em jornalismo. O procedimento nos permite entender quem produz e quem recebe a notícia, a estabelecer parâmetros culturais implícitos e a perceber a lógica organizacional por trás das mensagens (HERSCOVITZ, In. LAGO; BENETTI, 2010).

Com a proposta de revelar o que diz a mídia, para quem diz e com que efeito, a análise de conteúdo opera a investigação do que é apresentado sobre determinado tema, num determinado lugar, num determinado espaço.

Enquanto método centrado em codificações, a análise de conteúdo combina as dimensões quantitativas e qualitativas, sendo usada para o tratamento de períodos de observação e permite deduções lógicas mais complexas e profundas. Aplicada a discursos diversificados, tem-se em mãos um recurso que pode ser usado para compreender os significados que são produzidos no trabalho jornalístico.

A técnica é fundamental para este estudo, que opta pelo apontamento da estrutura comportamental comum aos textos, ao observar se existem registros da lógica binária de gênero ou a leitura estereotipada sobre os gêneros e as sexualidades, para compreender até que ponto a homoafetividade – que passou por embate na disputa política, do ponto de vista da legitimação e da negação – é apresentada de forma complexa, crítica, aprofundada e efetiva, incluindo nesta visibilização jornalística as lógicas de poder e dinâmicas envolvidas, fundamentais para a apreciação do leitor consumidor do jornal.

⁸ As palavras e expressões podem ser encontradas no Manual de Comunicação LGBTI+ (REIS, 2018).

Há ainda a importância de produzir dados sobre como a imprensa media a apresentação da “pluralidade dos novos sujeitos sociais” (SANTOS e MENESES, 2009). Sendo assim, o presente trabalho é constituído de um mapa do tratamento jornalístico sobre os temas em análise, constituição de uma tabela de dados com o material recolhido e uma intervenção analítica não apenas limitada às palavras, mas que compreende significados produzidos na seleção, interpretação e construção das notícias, assim como uma avaliação de carácter subjacente, considerando se o conteúdo é, potencialmente, positivo, negativo ou neutro (BARDIN, 1977) em relação ao mundo *queer*.

Nesta validação de sentido, avalia-se o que é legitimado nas narrativas, ou seja, se incorrem na matriz heteronormativa ou se consideram problematizar o viés predominante sobre o campo afetivo não heterossexual.

4. Representação LGBTI+ na Cobertura Política do Jornal O Povo

Traquina (2004) afirma que o jornalismo atua como um dos eixos que norteia a construção de sentidos dos sujeitos e dos comportamentos sociais, sendo, também, por eles influenciado. Assim, enquanto lugar de encontro de pessoas, ideias e instituições, o jornalismo estabelece-se como um espaço privilegiado de produção e circulação de conteúdos simbólicos na contemporaneidade, com diversas operações de sentido em atuação.

O teórico chama a atenção para o fato das notícias, refletirem uma série de aspectos, como o “acontecimento” em si; os “constrangimentos organizacionais”, que podem ser produzidos pelos donos das empresas de mídia e seus interesses econômicos; as visões de mundo dos jornalistas; as rotinas produtivas e técnicas do setor; os “valores-notícias dos jornalistas”; e o perfil das fontes ouvidas pela imprensa (TRAQUINA, 2004, p. 204).

Sendo assim, consciente de todas estas questões, investiga-se a midiaticização da sexualidade na cobertura política do jornalismo impresso, com um olhar atento às

representações das pessoas LGBTI+. O estudo do corpus permite concluir, inicialmente, que existe um tema dominante: nas páginas da cobertura de política d'O Povo, o discurso sobre as orientações sexuais e identidades e expressões de gênero não normativas está associada direta ou indiretamente ao então candidato à presidência da República do Brasil Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL). São 35 associações diretas, o que corresponde a 83% das aparições do tema.

Logo, ao marcar, ordenar, contabilizar e fazer perguntas como “quem fala sobre o Eros Queer?” e como “como fala?”, percebe-se que mais de 80% das correspondências estavam conexas ao candidato do PSL, como mostra a lista a seguir (Tabela 1):

Tabela 1: Quem fala sobre o Eros *Queer*?⁹

Porta-voz do discurso	Número de registros
Bolsonaro e aliados	12
Ativistas LGBTI+ contra Bolsonaro	11
Jornalistas em referência a Bolsonaro e aliados	07
Adversários políticos reagindo a discurso de Bolsonaro	04
Manifestações gerais de jornalistas	04

Fonte: Produção do Autor

Ou seja, o enquadramento dado coloca a temática LGBTI+ associada a Bolsonaro, seja como discurso do próprio, de seus aliados de campanha ou de ativistas e adversários, que se contrapõem às ofensas dirigidas às minorias pelo então candidato. Tais sujeitos são as principais e, muitas vezes, as únicas fontes de informação dos textos, protagonizando o conteúdo estudado.

Nesta perspectiva, associamos este contexto também a uma possível característica do jornalismo impresso do caderno de política, que dá “lugar de fala aos que brigam pelos votos” (SANTANA, 2018, p. 24), em detrimento da demanda *queer*, por exemplo.

Por sua vez, os temas mais frequentes nesta seleção da cobertura noticiosa do jornal dizem respeito a questões como a afirmação ou a negação do reconhecimento da

⁹ Tabela leva em consideração os cinco principais “porta-vozes”.

cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais e aspectos da vida cotidiana destes sujeitos que estão presentes nas declarações, sobretudo, de figuras políticas. Nesse universo, as palavras e expressões mais recorrentes são “homofobia”, com sete aparições; “minorias”, também com sete menções; “machismo”, que repete-se cinco vezes; a sigla LGBTI+ (ou suas varrições), que aparece em quatro oportunidades; e as palavras “diversidade” e “transexual/trans” e a expressão “ideologia de gênero”, que aparecem todas três vezes.

Todas as alusões ao universo da diversidade sexual e de gênero pinçadas dos conteúdos noticiosos foram observadas dentro do significado e contexto empregados nos textos, o que poderá nos permitir inferir se estão inclusos dentro de instâncias de discriminação e opressão ou de visibilidade positiva dos atores sociais *queer*.

Percebe-se que hegemonicamente a representação das LGBTI+ no material tende a apresentar esse grupo pelo viés do não reconhecimento da luta pelo direito à igualdade, haja vista que o discurso sobre essa comunidade, como vimos, fica boa parte das vezes concentrado nas declarações dos que rejeitam a humanidade do povo *queer*. Quem fala sobre LGBTI+ hegemonicamente no jornal faz ativismo contra a cidadania destes ou mesmo age com intolerância e ódio.

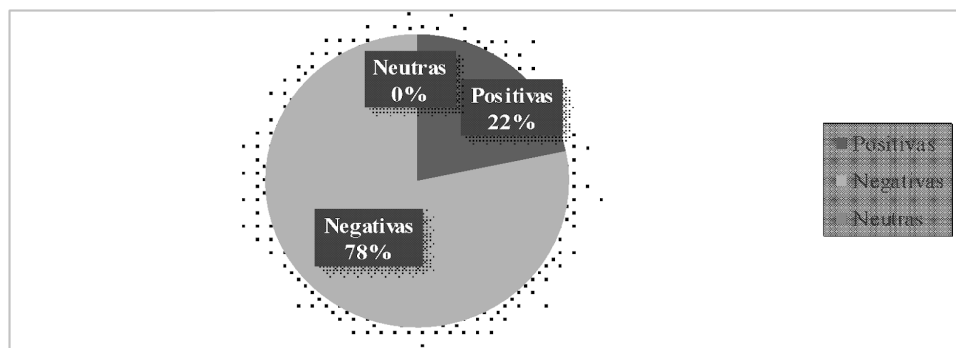
Como se observa a seguir, nesta seleção de um mês do jornal, há a predominância de matérias que partem de falas/afirmações em alguma medida contrárias às pessoas LGBTI+, sem que sejam acompanhadas de outras fontes que rebatem tais declarações.

Este viés foi confirmado também a partir da caracterização dos elementos presentes nos discursos. Analisando o material segundo as “atitudes de avaliação subjacentes” (BARDIN, 1977, p. 57), destacamos as abordagens favoráveis ou positivas, desfavoráveis ou negativas ou simplesmente neutras em relação às demandas LGBTI+, o que leva, neste objeto, a registrar como a cobertura do jornal visibiliza o Eros *Queer*.

Após o exame do conteúdo, conclui-se que 78% dos textos possuem apresentação negativa da comunidade LGBTI+ (Gráfico 1), ou seja, mais de três quartos

das matérias reproduzem de alguma forma ressalvas, críticas ou ataques . Os discursos veiculados nos textos são assim majoritariamente desfavoráveis, com direito à avaliação de ordem moral, política ou pessoal em relação a este grupo populacional. Já 22% das matérias contém manifestações classificadas como positivas ao grupo. Outro detalhe importante é que nenhum dos conteúdos foi entendido como neutro, o que reforça que o tema, 50 anos depois da Rebelião de Stonewall¹⁰, segue sendo alvo de intensa polarização na sociedade.

Gráfico 1: Valência das aparições do Eros *Queer*



Fonte: Produção do Autor

Exemplo deste campo de discurso é a declaração do presidente do PSL no Ceará, Heitor Freire, em matéria do dia 18 de outubro de 2018: “Defendemos a família, no modelo de Jesus, Maria e José. O resto é arrumação”. Neste texto não houve veiculação de opinião divergente do político citado.

Outra característica foi encontrada nesta pesquisa: 72% das matérias que fazem menção à população *queer* recorrem ao tema somente por meio de declarações de fontes do campo político e da militância LGBTI+, destacando-se que a maioria dos políticos presentes neste extrato documental emprega propostas desfavoráveis à ideia de diversidade sexual.

A ênfase em conteúdo declaratório é acompanhada pela carência de debate e embasamento, que seriam requisitos fundamentais para a prática jornalística, como atesta Moraes (2015). Em 91% dos conteúdos falta explicação, contextualização,

¹⁰ A Revolta ocorrida em Nova York (EUA) em protesto contra a violência policial contra gays, lésbicas e travestis lançou as bases do movimento moderno LGBTI+ (REIS, 2018).

investigação, elucidação, aprofundamento ou categorização. Uma contextualização adequada sobre o assunto, por exemplo, poderia provocar a seguinte reflexão: enquanto a classe política carrega a discussão sobre homofobia na educação como um tabu, para estudantes com orientações sexuais diferentes da heterossexual a escola segue sem ser é um ambiente tranquilo. Exemplo disso é que 73% dos jovens entre 13 e 21 anos, conforme a “Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar”, declararam terem sofrido agressão verbal em 2015, situação que é, segundo o estudo, o catalizador do abandono escolar, da depressão e outros efeitos.

Ainda neste contexto, chama a atenção a citação dos assuntos “kit gay”¹¹ e “ideologia de gênero”¹² dentro dos discursos de fontes sem que haja o esclarecimento dos fatos, haja vista que os elementos citados integram discursos falaciosos sobre a comunidade LGBTI+ (REIS, 2018).

Mas até que ponto os jornalistas autores das matérias posicionam-se e produzem crítica à reverberação do “ignoródio ao gozo do outro” (QUINET, 2018)? Em apenas 14% dos conteúdos os profissionais se manifestam sobre os discursos anti-LGBTI+, o que leva a concluir que a característica fundamental deste caderno é afastar qualquer posicionamento crítico no material informativo, o que acontecerá em 86% da produção que traz a temática objeto deste estudo. Importante considerar ainda que casos onde houve posicionamento, este aconteceu nas colunas de notas políticas, que abrem espaço para pequenos crivos analíticos.

Acompanha a pequena participação crítica editorial, a dificuldade de incluir no texto uma variedade de fontes, que poderiam colocar as opiniões, positivas ou negativas em relação ao mundo *queer*, em debate. Exemplo disso é que 56% dos textos não

¹¹ O “kit gay” é título jocoso não oficial elaborado por Bolsonaro que faz referência ao projeto “Escola sem Homofobia”, conteúdo pedagógico sobre cidadania LGBTI+ construído no primeiro Governo Dilma Rousseff (2011-2016), que foi vetado após pressões da bancada cristã no Congresso Nacional. Nunca implantado na rede pública de ensino, o material é apresentado para a sociedade pela campanha do PSL como distribuído nas escolas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹² A expressão “ideologia de gênero” é outra elaboração criada por setores (ultra)conservadores e fundamentalistas sob o pretexto velado de negar a igualdade de direitos e o respeito às mulheres e às pessoas queer, alegando que há uma corrente ideológica que age por meio da indução da destruição da “família tradicional”, da legalização da pedofilia, do fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros.

apresentam opiniões contraditórias ao discurso veiculado. Conforme Santana (2018), entre os fatores que levam a este estado de coisas, está o fato das rotinas produtivas pressionarem o jornalista a ser meramente um produtor de notícias, além dos interesses da empresa de comunicação e as características do setorial do jornal.

Das 22 narrativas jornalísticas analisadas, 16 registros fazem referência a atitudes LGBTIfóbicas e seis às identidades LGBTI+. Identifica-se que tal representação, recorrente em 73% do conteúdo, é marcada, majoritariamente, pela veia do sofrimento, do discurso de tirania em relação ao comportamento e ao desejo do outro, de afirmação de uma pauta política que combate a diversidade sexual ou mesmo por manifestações de defensores de direitos destas minorias, que se contrapõem ao “homoterrorismo”¹³ (QUINET, 2018) de Bolsonaro e aliados.

Outra percepção importante no texto jornalístico d’O Povo é que dos 45 termos e expressões contabilizados no material, apenas nove (20%) dizem respeito à sigla LGBTI+ ou às designações homossexual, gay, transexual, trans. Na maioria das vezes (80%), os discursos sobre homossexualidades são referenciados a partir de expressões como “kit gay”, “sexualidade”, “minorias”, “ideologia de gênero”, “pauta ideológica de direita ligada a costumes” e “pautas da esquerda nas escolas”. Estas últimas, como sublinhado acima, abordagens que mascaram ou expõem o preconceito.

Registra-se ainda zero menções exclusivas à lésbica, bissexual, travesti, intersexual e *queer*, que podem supostamente ser referenciadas nas quatro oportunidades em que é mencionada a sigla LGBTI+ (ou suas variações) e homossexual, que aparece uma única vez, o que reforça um segundo grau de exclusão e de invisibilidade que acompanha a homossexualidade. Tais marcas mostram a opção, ainda que diante de todas as opressões vivenciadas, de se referir a este universo colocando como sujeito deste discurso o gay masculino, mais uma prova do falocentrismo, ou seja, a convicção baseada na ideia de superioridade masculina, que governa as exposições da heteronormatividade na oralidade e na escrita.

¹³ O terror, que vai do físico ao simbólico, como o massacre de Orlando (2016), imposto às pessoas LGBTI+.

Somente em um, dos 22 materiais jornalísticos analisados, é citada alguma demanda das eleitoras e dos eleitores do campo da diversidade sexual.

Por fim, em 55% das matérias havia imagens, mas oito das dez eram de candidatos e somente em uma das notícias houve representação iconográfica de membros da comunidade LGBTI+, o que mostra que a subalternização nos discursos se repete nas imagens.

5. Considerações finais

Ao longo deste texto discutiu-se o papel das matérias jornalísticas na contemporaneidade como produtores de enunciados e enquadramentos sobre a complexidade e marcas de identidade afetiva dos corpos. E encontrou-se, em meio ao debate da cidadania de minorias, a dificuldade do jornalismo político de mediar os conflitos relacionados ao universo *queer*.

Assim como destacou Silva (2010), que investigou qual seria o gênero predominante no jornalismo e como tal característica atravessa a produção jornalística e contribui para a “reprodução, manutenção, ressignificação ou transformação de padrões de desigualdade” (SILVA, 2010, p. 196), a feição heteronormativa foi o modelo que orientou os textos examinados nesta observação. O “masculino” é foi o “gênero” predominante no material avaliado, justamente pois o conteúdo teve como prisma valores dominantes como o protagonismo da classe social média, de uma determinada geração (pessoas de meia idade), da identidade racial branca, entre outros, seja como porta-voz do ataque ou de contra-ataque à negação dos direitos LGBTI+.

A observação geral constatou que os enquadramentos dados reforçam declarações de candidatos e políticos, deixando as demandas da comunidade LGBTI+ negligenciadas.

Outro fator a ser destacado é que a entrada da homossexualidade na pauta política não é acompanhada da criação de discursos no jornalismo que levem em consideração a pluralidade de identidades de gênero e as dissidências sexuais. A mídia,

de modo geral, tende a seguir estruturas dominantes ligadas ao poder, prova disso é reforço do lugar de Bolsonaro. Santanta (2018), entretanto, adverte que jornalismo não pode “servir apenas de reprodutor de discursos normativos” (p. 44).

Ao apresentar as notícias alusivas às sexualidades dissidentes da heterossexualidade sem “seus antecedentes, suas significações indiretas e seu contexto” (MEDINA, 1988), o jornalismo pode vir a ser “trampolim” de discursos LGBTifóbicos. Levando em consideração que tal narrativa transcorre em meio às denúncias de informações fraudulentas disparadas massivamente por aplicativos de mensagens pela campanha ou empresários aliados de Bolsonaro, a aparição das declarações do campo político bolsonarista, sem necessária mediação de suas inverossimilhanças, pode tonar, em alguma medida, as páginas de um jornal em panfleto da propaganda do candidato.

Entretanto, é preciso ressaltar que a lógica do jornalismo pós-industrial é desfavorável à construção de textos com profundidade e embasamento. As redações contemporâneas são marcadas pela redução no número de profissionais e outras formas de precarização do trabalho do jornalista. Como destaca Moraes (2015), é quase exceção os espaços onde o jornalismo é um mediador menos apressado da realidade. “A precarização também do conteúdo é outra realidade: é comum que jornalistas mais experientes sejam desligados para que recém-formados sejam integrados ao quadro” (p. 180).

Os resultados veiculados no presente artigo são preliminares e parciais, mas, ainda assim, lançam o alerta de que o jornalismo precisa rejeitar a possibilidade de ser apenas via para a proliferação de discursos e ser, cada vez mais, uma “linguagem de intermediação social” (MEDINA, 1988, p. 13).

Reforça-se, assim, a centralidade dos estudos sobre o jornalismo e o jornalista. A pesquisa em comunicação deve continuar analisando a trajetória e as construções deste setor, a fim de qualificar a produção do campo e construir o caminho para o acolhimento da diversidade sexual.

Em um país de predomínio heterossexual/cisgênero¹⁴, é fundamental o crescimento do número de aportes sobre “a diferença e a mídia” (SODRÉ, 1999, p. 232). É chegado, portanto, o momento de afirmar o papel do jornalismo e dos jornalistas na produção e na oferta de olhares diferenciados para questões que seguem tema de intenso debate social, disputa política e questão de cidadania.

Referências

- AZEVEDO, Fernando Antônio. Imprensa, cobertura eleitoral e objetividade: a eleição de 2000 na capital paulista. **Opin. Publica**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 182-201, 2001.
- BENTO, B. O que pode uma teoria? estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 46-66, 2014.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CANDIDO, Téo (org.). **Levantamento do LGBTQÍdio em Fortaleza e no Estado do Ceará – Ano 2017**. Fortaleza: Centro de Referência LGBT Janaína Dutra / Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2018.
- CORREIA, João Carlos. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso**: Notas sobre Jornalismo e representações sociais. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior – LabCom, 2009.
- GONÇALVES, Gean Oliveira. Tendências queer nos estudos brasileiros de jornalismo e gênero. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018.
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- IBGE. Busca avançada. [Pesquisa realizada com o termo LGBT]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/busca-avancada.html?contem=lgbt>>. Acesso em: 11 ago. 2018.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto a venda**: Jornalismo na Sociedade urbana e industrial. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

¹⁴ População autodeclarada LGBTQI+ é estimada em 20 milhões de pessoas, 10% dos brasileiros (IBGE, 2018).

MOTT, Luiz (org.). **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**: Relatório 2018. Salvador: Grupo Gay da Bahia – GGB, 2018.

PAIVA, Raquel. **Política**: palavra feminina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

QUINET, Antonio. **O ignoródio ao gozo do outro**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/o-ignorodio-ao-gozo-do-outro/>>. Acessado em 12 de dezembro de 2018.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba, PR: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2ª edição, 2018.

REIS, Toni (org.). **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

SANTANA, Eder Luis. **LGBT como pauta do jornalismo**: visibilidade e limitações. Salvador: Editora Devires, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S.A., G. C. Gráfica de Coimbra, 2009.

SANTOS, Ângela Maria dos; AMARAL, Roberto Antônio Penedo do. **O conhecimento como Eros**: uma leitura de O Banquete de Platão. Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 02 – Ano I – 10/2012

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

TIRAGEM impressa dos maiores jornais perde 520 mil exemplares em 3 anos. **Poder 360**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/tiragem-impressa-dos-maiores-jornais-perde-520-mil-exemplares-em-3-anos/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

VIEL, Ricardo. **O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21**. São Paulo: Agência Pública, 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/>>. Acessado em 30 jul. 2019.